

## NOTAS SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADE DIGITAL NA EDUCAÇÃO EM CONTEXTO PANDÊMICO

Noélia Carolina Silva de Melo  
PPGEdu-UFPE  
noelia.carolina@ufpe.br

Viviane Rauane Bezerra Silva  
Universidade Federal de Pernambuco  
viviane.rauane@ufpe.br

### INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), que se estabeleceu entre o final do ano de 2019 e início de 2020, tem causado perdas inestimáveis ao redor do globo. Entre as ações tomadas para conter o avanço da doença, atitudes como a utilização de máscaras, a higienização das mãos e o distanciamento social foram incorporadas às rotinas de diversos atores. Nas escolas, as aulas presenciais foram suspensas e multiplicaram-se as discussões sobre como ficaria a situação da educação em contexto pandêmico. Neste resumo, objetivamos empreender uma discussão de ordem teórica sobre como a democracia e a educação têm sido afetadas a partir do advento da pandemia da Covid-19, uma vez que esta nova realidade tem afetado profundamente o trabalho docente. Tomaremos por base as contribuições de Botler (2020) e Santos (2020) para compreender a democracia em contexto de pandemia e as reflexões de Saviani e Galvão (2021) para pensar sobre o que temos chamado de ensino remoto; e, a partir de Marques, Mendes e Maranhão (2019), refletiremos sobre os possíveis rebatimentos da nova gestão pública (NGP).

### DEMOCRACIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Apesar de a etimologia revelar que as origens da palavra democracia remontam ao grego antigo, significando o poder ou o Estado (*kratos*) nas mãos do povo (*demo*), a compreensão desse conceito e de sua manifestação nas práticas sociais demanda discussões mais amplas e complexas do que a classificação realizada de modo mais recorrente entre democracia participativa e representativa.

Sob a égide do discurso democrático, diversos projetos de poder, de Estado e de sociedade disputam a legitimação. No interior desses processos, é possível notar

uma disputa paradoxal entre os interesses do coletivo e as aspirações pessoais e individuais. Nesse sentido, concordamos com Alice Botler (2020, p. 28), quando afirma que “a democracia reflete a tensão entre a busca dos laços de sociedade e a busca da felicidade individual e do favorecimento de uma vida privada.”

Com o advento da pandemia de Covid-19, essas tensões e disputas entre os interesses coletivos e individuais têm se acirrado. No entanto, para a compreensão de como tais embates se manifestam na prática, é preciso colocar em destaque a desigualdade social que marca profundamente o Brasil, assim como as ações do governo federal, de maneira geral e, mais especificamente, as posturas e falas do atual chefe do executivo, Jair Bolsonaro (sem partido), que em diversas oportunidades incentivou aglomerações entre seus apoiadores, divulgando e comprando medicamentos sem eficácia comprovada para o combate ao coronavírus, atacando a imprensa, minimizando o número de mortes, etc.

Tais atitudes não só corroboram com os apontamentos de Santos (2020), sobre as características dos governos de direita e extrema-direita nesse contexto de pandemia, como também os extrapolam. As características dos governos que se identificam dessa forma, dadas as devidas especificidades, estão pautadas em uma cosmovisão que reproduz o discurso da meritocracia, ignora as relações históricas de exploração e de desigualdade de oportunidades e atribui ao mérito pessoal e individual às situações econômicas e sociais nas quais os sujeitos se encontram. Dessa forma, defendemos uma concepção de democracia que:

[...] abarque não somente a democracia política, mas englobe também o sentido de democracia social, que se refere à conquista de direitos sociais, à incorporação de valores, como igualdade e justiça, bem como aos espaços de participação nas diversas instituições sociais. (BOTLER; SILVA, 2019, p. 4).

Diversos são os desafios encontrados para que esse conceito de democracia social seja vivenciado na prática, entre os quais destacamos: o processo de escuta e diálogo com aqueles e aquelas com visões e valores divergentes e a garantia da representatividade dos interesses dos mais variados grupos sociais em instâncias consultivas e deliberativas. Com a pandemia, esses desafios se intensificaram: observamos a ampliação das desigualdades sociais, o aumento do desemprego, um número crescente de crianças em situação de vulnerabilidade social e muitas outras questões que precisam ser consideradas em um contexto que, devido às

orientações de distanciamento, não possibilita uma atuação mais próxima e direta no sentido da superação dessas dificuldades.

### **ESCOLAS FECHADAS: E AGORA?**

Obedecendo as orientações de distanciamento social, os governos determinaram o fechamento de diversos estabelecimentos, como escolas, tribunais, restaurantes, bares, *shoppings*, entre outros. Apesar de muitos serviços estarem sendo ofertados de forma remota, via internet – através de aplicativos ou videoconferências –, é sabido que uma parcela significativa de cidadãos e cidadãs não detém o domínio de tais ferramentas tecnológicas e podem ter o acesso aos direitos comprometidos.

Em se tratando das escolas, fechadas em março de 2020, foi possível observar a adoção por escolas públicas e privadas, do que foi principalmente chamado de “ensino remoto”: aulas transmitidas através da internet, envio de videoaulas e atividades, videochamadas, entre outros. Saviani e Galvão (2021) apontam que o argumento de que o ensino remoto era a única opção viável no contexto pandêmico é falacioso e que se trata, na realidade, de uma opção política. Dados da Pnad Contínua do IBGE (2020) apontam que 98,4% dos estudantes de escolas particulares têm acesso à internet, enquanto que esse número cai para 83,7% na rede pública. Essas quantidades podem ser mais contrastantes quando comparadas por regiões: o Norte e o Nordeste têm 68,4% e 77,0%, respectivamente, enquanto nas demais regiões o número varia de 88,6% a 91,3%.

De acordo com os autores, é preciso ter ciência de que a condição de calamidade pública na qual ainda nos encontramos poderia ter sido minimizada, assim como dos interesses da iniciativa privada na implementação cada vez maior de um ensino virtual, mais barato do que o ensino presencial. Tais reflexões, quando direcionadas para a educação pública, evidenciam os elementos tratados por Marques, Mendes e Maranhão (2019, p. 352), ao apresentarem as características da NGP no contexto educacional, entendida como “um programa de reforma do setor público com base em instrumentos da gestão empresarial, que visa a melhorar a eficiência e eficácia dos serviços públicos nas burocracias.” O contexto pandêmico tem, em nossa interpretação, acelerado essa reforma e justificado a adoção de elementos da iniciativa privada em contexto público de forma mais naturalizada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos trazidos neste texto são o ponto de partida para uma reflexão mais ampla e necessária não só para quem trabalha com a educação, como também para todos os cidadãos brasileiros que vivenciam uma realidade cada dia mais desafiadora. Nossas reflexões iniciais nos alertam para as ameaças que os princípios democráticos estão enfrentando e também sobre os perigos que as ações tomadas para esse momento excepcional podem representar ao direito à educação. Os docentes, especificamente, precisam estar a par dessas discussões e cientes dos processos mais amplos que influenciam suas práticas cotidianas. Pretendemos, por fim, dar continuidade a este estudo, aprofundando as discussões de ordem teórica e nos aproximando dos agentes que compõem a educação pública.

## REFERÊNCIAS

BOTLER, Alice Miriam Happ. Juventude e escola: violência e princípios de justiça em escolares de ensino médio. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 40, n. 110, p. 26-36, jan./mar. 2020.

BOLTER, Alice Miriam Happ; SILVA, Viviane Alves de Lima. Desigualdade de oportunidades: “injustiças democráticas” em colégios de aplicação. **Revista Profissão Docente**, Uberaba-MG, v. 19, n. 41, p. 1-17, mai./ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MARQUES, L.; MENDES, J. C. B.; MARANHÃO, I. M. L. A nova gestão pública no contexto da educação pernambucana e a qualidade educacional. **RBPAE**, v. 35, n. 2, p. 351-367, mai./ago. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade ANDES-SN**, ano XXXI, jan. 2021.